



ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

**Efeito do Referencial Contabilístico Adotado na Qualidade da
Informação Financeira de Empresas em Portugal do Setor da
Restauração e Similares**

Zuleica Ivanilda Semedo Monteiro

Dissertação apresentada ao *Instituto Politécnico de Bragança*
Para obtenção do grau de mestre em Contabilidade e Finanças

Orientação:

Professor Doutor Jorge Manuel Afonso Alves
Professora Doutora Ana Isabel Rodrigues Fernandes

Bragança, outubro de 2023





ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA

**Efeito do Referencial Contabilístico Adotado na Qualidade da
Informação Financeira das Empresas em Portugal**

Zuleica Ivanilda Semedo Monteiro

Dissertação apresentada ao *Instituto Politécnico de Bragança*
Para obtenção do grau de mestre em Contabilidade e Finanças

Orientação:

Professor Doutor Jorge Manuel Afonso Alves
Professora Doutora Ana Isabel Rodrigues Fernandes

Bragança, outubro de 2023

Resumo

A presente dissertação tem como principal objetivo aferir se o nível do referencial contabilístico adotado pelas empresas portuguesas influencia a sua qualidade da informação financeira. Para o efeito, classificam-se as empresas com informação disponível na base de dados Sistema de Análise de Balanços Ibéricos com o nível de referencial contabilístico que estão obrigadas a adotar, face aos critérios definidos pelo Sistema de Normalização Contabilística. A qualidade da informação financeira é aferida de acordo com o modelo de Jones (1991). Os resultados empíricos mostram que existe uma relação negativa e estatisticamente significativa entre a qualidade da informação financeira e o nível de referencial contabilístico adotado, o que vai de encontro à hipótese de investigação formulada e permite concluir que quanto menor o nível de referencial contabilístico adotado pela empresa menor é a sua qualidade da informação financeira.

Palavras-chave: Informação financeira; Qualidade da informação financeira; Sistema de Normalização Contabilística; Contabilidade

Abstract

The main aim of this dissertation is to assess whether the level of accounting standard adopted by Portuguese companies influences the quality of their financial information. To this end, companies with information available in the Iberian Balance Sheet Analysis System database are classified according to the level of accounting standard they are obliged to adopt, based on the criteria defined by the Accounting Standardization System. The quality of financial information is measured according to the Jones model (1991). The empirical results show that there is a negative and statistically significant relationship between the quality of financial information and the level of accounting standard adopted, which is in line with the research hypothesis formulated and leads to the conclusion that the lower the level of accounting standard adopted by the company, the lower its quality of financial information.)

Keywords: Financial information; Financial information quality; Accounting Standardization System; Accounting

Agradecimentos

Quero expressar aqui os meus sinceros agradecimentos para algumas pessoas que foram importantes, ao longo desta caminhada.

Primeiramente agradeço ao meu Deus por me dar essa oportunidade de estar aqui. O meu profundo agradecimento vai para minha mãe, uma das pessoas mais importante da minha vida, por tudo que ela tem feito por mim, nunca deixou que nada faltasse e sempre me encorajou na busca daquilo que é melhor para mim e me tornar cada dia uma pessoa melhor.

De seguida quero agradecer aos meus orientadores, o Doutor Jorge Alves e Doutora Ana Isabel Rodrigues Fernandes, por terem aceitado o meu pedido para serem os meus orientadores, pela ajuda, conselhos e ensinamentos e pela disponibilidade e dedicação que me prestaram ao longo destes últimos meses, com vista à concretização deste trabalho.

À minha família, amigos e colegas de trabalho, por todo o apoio que sempre me deram, por nunca me terem deixado desamparada, nem desistir no meu objetivo, um grande obrigado.

A todas as pessoas que, de uma forma direta e indireta, me apoiaram nessa jornada, aqui fica o meu profundo agradecimento.

Lista de abreviaturas, Acrónimos e Siglas

CC – Código de contas

CEE – Comissão Europeia Económica

DC - Diretrizes Contabilísticas

DF – Demonstrações Financeiras

DL – Decreto-Lei

DR - Demonstração de Resultados

EC - Estrutura Conceptual

FASB - *Financial Accounting Standards Board*

IAS - *International Accounting Standards*

IASB – *International Accounting Standards Board*

IASC - *International Accounting Standards Committee*

IES – Informação Empresarial Simplificada

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

INE - Instituto Nacional de Estatística

NC – Norma Contabilística/Nível de Normalização Contabilística Adotada

NCRF – Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro

NCRF-ESNL- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo

NCRF-ME – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Microentidades

NCRF-PE - Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades

NI – Normas Interpretativas

NIC - Normas Internacionais de Contabilidade

PCGA - Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites

PME - Pequenas e Médias Empresas

POC- Plano Oficial de Contabilidade

QIF- Qualidade de Informação Financeira

SNC - Sistema de Normalização Contabilística

UE - União Europeia

Índice Geral

ÍNDICE DE TABELAS	iii
INTRODUÇÃO	1
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	4
1.1. Evolução do Sistema Contabilístico Português.....	4
1.2. Sistema de Normalização Contabilística.....	7
1.3. Qualidade da Informação Financeira	14
1.3.1. Abordagens ao Conceito de Qualidade da Informação Financeira	14
1.3.2. Diferentes Formas de Aferir a Qualidade da Informação Financeira	14
1.3.3. Relação do Nível de Referencial Contabilístico com a Qualidade da Informação Financeira	17
1.4. O Setor da Restauração em Portugal.....	18
2. METODOLOGIA.....	20
2.1. Objetivos e Hipótese de Investigação.....	20
2.2. Modelos de Análise.....	21
2.2.1. Modelo de Jones.....	21
2.2.2. Modelo Global.....	22
2.3. Seleção da Amostra	23
3. RESULTADOS	25
3.1. Estatísticas Descritivas	25
3.2. Análise e Discussão de Resultados	28
3.2.1. Estimação da Qualidade da Informação Financeira.....	28
3.2.2. Relação entre a Qualidade da Informação Financeira e o Nível de Referencial Contabilístico Adotado.....	29
CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E FUTURAS LINHAS DE INVESTIGAÇÃO	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Aplicação de Normas Contabilísticas	11
Tabela 2 - Normativo SNC em Portugal	12
Tabela 3 - Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e a sua aplicação	13
Tabela 4 - Modelos de Accruals	16
Tabela 5 - Seleção da Amostra	24
Tabela 6 - Estatísticas Descritivas	25
Tabela 7 - Coeficiente de Correlação de Pearson.....	27
Tabela 8 - Teste Estatístico t-student - Variável DAC 	28
Tabela 9 - Relação entre a QIF e o Referencial Contabilístico Adotado.....	29

INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, ocorreram grandes mudanças na contabilidade e muitos dos países desenvolveram as suas próprias Normas Contabilísticas (NC), tendo como instrução o *International Accounting Standards Board* (IASB) ou o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) (BooLaky, 2006). O IASB e o FASB fazem referência às características qualitativas da estrutura conceptual como os atributos que tornam as informações úteis aos diferentes tipos de utilizadores (Christensen, 2010)). No entanto, com a sua evolução, a contabilidade tornou-se uma das principais fontes de informação financeira e, com o desenvolvimento da atividade económica, é vista como um instrumento de apoio essencial para a administração e tomada de decisões (Ball, 2006).

Por informação financeira entende-se, nomeadamente, as Demonstrações Financeiras (DF), a partir das quais os seus utilizadores tomam decisões. No atual contexto empresarial a informação desempenha um papel chave para as empresas na tomada de decisão em contexto de incerteza. Um dos pressupostos da concorrência perfeita considera que todos os participantes têm acesso

a toda a informação existente, o que permite que os seus utentes tomem decisões rapidamente (Fernandes, 2019).

Diante das grandes mudanças ocorridas no cenário económico mundial, a economia globalizada e o aumento dos investimentos estrangeiros, surgiu a necessidade de adequar as NC portuguesas às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), ou às *Internacional Financial Reporting Standards* (IFRS) (Booak, 2006). Neste sentido, David (2016) afirma que a contabilidade é considerada a linguagem dos negócios, diante dos mercados globalizados. A sua importância ultrapassou as fronteiras domésticas, passando a auxiliar na tomada de decisões no plano internacional. Entretanto, essa linguagem é divergente entre os países, uma vez que cada um adota práticas contabilísticas próprias e diferentes entre si (Ball, 2006).

Dada a sua importância, são vários os estudos desenvolvidos sobre a temática da Qualidade da Informação Financeira (QIF). Deste modo, não existe um conceito único para definir a QIF, existindo igualmente várias referências literárias sobre a sua qualidade. Para alguns autores, tais como Yetman e Yetman (2011), a informação financeira consiste em toda a informação que é divulgada pelas empresas sobre a sua situação económico-financeira. Esta informação é refletida, particularmente, nas DF, em destaque no balanço e na demonstração dos resultados. Para além das DF, a informação financeira também está acessível nos relatórios de gestão elaborados pelas empresas (Yetman & Yetman, 2011).

De acordo com Cepêda e Monteiro (2019), as DF contêm informações importantes para a tomada de decisões de natureza financeira. Essas informações disponíveis para fins internos, também podem ser altamente relevantes para os usuários externos das DF. Há vários tipos de DF, sendo que cada parte interessada lhe atribui diferentes níveis de utilidade.

De acordo com Cascino et al. (2014), os fornecedores de capital utilizam os relatórios financeiros para recolher informação sobre as empresas de forma a sustentarem a sua tomada de decisão. Importa salientar que a informação financeira deve ser portadora de qualidade, uma vez que a tomada de decisão por parte dos utilizadores está dependente da informação divulgada (Yetman & Yetman, 2011). Sendo assim, este trabalho tem como objetivo aferir se o nível do referencial contabilístico adotado pelas empresas portuguesas, mais concretamente do setor da restauração e similares, está negativamente relacionado com o QIF.

Acrescentam ainda os autores Cepêda e Monteiro (2019) que a informação financeira produzida pela contabilidade é, portanto, uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento das atividades societárias, pois pode auxiliar os diversos utilizadores na sua tomada de decisões. Para além da importância do tema em si, este trabalho tem pelo menos dois contributos para a literatura existente. O primeiro contributo está relacionado com os ganhos tidos com a adoção do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) em Portugal. Na análise principal é retratada a evolução do sistema contabilístico português, fazendo referência aos vários contributos dados pelos vários autores sobre esse tema, nomeadamente no que respeita à transição do Plano

Oficial de Contabilidade (POC) para o SNC. Já o segundo contributo face a esse estudo representa a contribuição para a literatura, uma vez que privilegia o facto de aferir de que modo o nível do referencial contabilístico, adotado pelas empresas em Portugal, pode influenciar a sua QIF. Pretende-se classificar as empresas de acordo com o normativo aplicável e, com base em dados disponíveis no Sistema de Análise de Balanços Ibéricos (SABI), averiguar se as entidades obrigadas a adotar um nível de referencial contabilístico mais elevado apresentam uma melhor QIF.

O presente estudo encontra-se estruturado em cinco secções principais, incluindo esta introdução. Na segunda secção é efetuada a revisão de literatura e desenvolvida a hipótese de investigação. Na terceira secção é especificada a forma como será realizado o estudo empírico, apresentando a metodologia empregue, as variáveis chaves e os dados utilizados. A secção quatro apresenta os resultados principais do estudo. Por fim, a secção cinco expõe as conclusões gerais deste estudo, as suas contribuições, limitações e sugestões para investigações futuras.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Nesta secção do trabalho de investigação apresenta-se o desenvolvimento teórico que permite a fundamentação e a compreensão do tema desenvolvido, nomeadamente a evolução do sistema contabilístico em Portugal, a adoção de diferentes normativos contabilísticos e a QIF. Por fim, e na sequência dos argumentos apresentados, serão formuladas as hipóteses de investigação.

1.1. Evolução do Sistema Contabilístico Português

A evolução do sistema contabilístico português teve o seu início nos séculos XVI, XVII e XVIII, período em que Portugal teve a sua importância no mundo marítimo e comercial, e que, apesar de não constar a existência de livros originais em português ou traduções de obras estrangeiras, é divulgado em Portugal o modelo das partidas dobradas (Pereira et al., 2009). Contudo, só na governação do Marquês de Pombal é que alguns esforços foram levados a cabo no sentido de

desenvolver a contabilidade. No ano de 1755, é criada a Junta de Comércio, que se debate com a dificuldade em desenvolver doutrina sobre a contabilidade e em reconhecer a contabilidade como um corpo de doutrina relacionada com a economia da empresa, e só no ano de 1759 nasce a Aula do Comércio, a primeira escola de comércio, a qual teve um papel importante no ensino da contabilidade (Pereira et al., 2009).

Com a aprovação do Código da Contribuição Industrial, em 1963, que estabelecia a tributação dos lucros das empresas com base no lucro contabilístico, houve a necessidade de normalizar a contabilidade de forma mais patente. Tendo sido realizadas várias tentativas com o objetivo de identificar um modelo de normalização, foi identificado o plano contabilístico francês de 1957 como o modelo a seguir (Pereira et al., 2009).

De modo mais concreto, o processo de normalização contabilística em Portugal teve o seu início no ano de 1974, com a constituição da comissão responsável pelo estudo da normalização contabilística, que viria a dar lugar à atual Comissão de Normalização Contabilística (CNC). A CNC é o organismo responsável pela emissão das normas e procedimentos contabilísticos em Portugal e foi criada pelo Decreto-Lei (DL) nº 47/77, de 7 de fevereiro.

O POC entrou em vigor através da publicação do DL nº 47/77, de 7 de fevereiro, através do qual foi também criada a CNC para acompanhamento do POC. Ao longo dos anos o POC foi sofrendo várias alterações, em parte devido à entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986.

A adesão de Portugal à CEE implicou, em relação às matérias contabilísticas, a obrigatoriedade de ajustamento dos normativos à Diretiva nº 78/660/CE (4ª Diretiva), pelo que foi publicado, em 1989, o DL nº 410/89, de 21 de novembro, o qual introduziu diversos ajustamentos e melhorias ao POC. Posteriormente, foram introduzidos vários DL e diretrizes com intuito de implementar as melhorias no POC (DL nº 158/2009, de 13 de julho).

A harmonização dos sistemas contabilísticos dos Estados-Membros começou a ser desenvolvida através da emissão de Diretivas Comunitárias, considerando-se que as mesmas deveriam ser a base das orientações contabilísticas de toda a União Europeia (UE). Entretanto, o nível de harmonização contabilística alcançada pelos Estados-Membros foi reduzido, o que originou uma aproximação gradual da UE ao IASB (Rosa, 2013).

Ainda, em 2002, com o Regulamento nº 1606/2002, de 19 de junho, foi estabelecido que as normas a utilizar na UE, a partir de janeiro de 2005, nas contas consolidadas de todas as empresas cotadas na bolsa de valores deveriam ser de acordo com as *International Accounting Standards* (IAS).

As IAS foram inicialmente emanadas pelo *International Accounting Standards Committee* (IASC) que em 2001, após uma reestruturação, passou a designar-se IASB, pelo que as normas emitidas

por este organismo passaram a denominar-se IFRS. Essa fusão teve como objetivo aumentar a harmonização contabilística nos países da UE e melhorar o relato financeiro, aumentar a comparabilidade e a transparência entre as empresas e desenvolver um mercado de capitais único na Europa (BooLaky, 2006).

A partir do exercício de 2005, com base na publicação do DL nº 35/2005, de 17 de fevereiro de 2005, foi criada a obrigatoriedade para as entidades com valores mobiliários cotados em bolsa elaborarem e apresentarem as suas contas com base no normativo do IASB, em virtude das crescentes necessidades, a nível de relato financeiro, que os mercados financeiros e económicos têm vindo a sofrer nos últimos anos, face à globalização e onde proliferam as internacionalizações (fusões e aquisições) de empresas (Barlev et al., 2007).

O ano de 2010 marcou uma nova era para a contabilidade em Portugal na medida em que foi abandonado o POC e toda a legislação complementar e passou a ser adotado o SNC, constituído por um conjunto de normas baseadas no IASB, adotadas pela UE (www.cnc.min-financas.pt, 2016).

Face ao exposto, o sistema contabilístico tem sofrido grandes alterações nas últimas três décadas. O POC e a sua legislação complementar foram revogados com a entrada em vigor do novo SNC, sendo este um sistema normativo que está mais parecido com as normas contabilísticas europeias (DL 198/2009, 13 de julho). Este normativo assenta nas diferentes necessidades de relato financeiro das empresas portuguesas. A sua criação tornou-se necessária uma vez que existia urgência em acompanhar a harmonização contabilística a nível europeu. Após uma pesquisa mais detalhada sobre essa matéria, conclui-se que segundo Amorim (2010, p. 88), foram duas as razões que justificaram a adoção do SNC, “a dificuldade do POC acompanhar, os processos da atividade económica mais do ponto de vista contabilístico e a integração de Portugal na UE”.

Em 2015 foi publicado o DL nº 98/2015, que teve por finalidade a transposição da diretiva da UE nº 2013/34/UE, de 26 de junho de 2013, referente a alterações ao relato financeiro das empresas. O surgimento desta nova diretiva, que veio revogar as antigas 4.ª e 7.ª diretivas da contabilidade, teve como propósito uma alteração no paradigma da preparação das DF a nível europeu.

A evolução do sistema contabilístico em Portugal resume-se conforme se apresenta abaixo (Guimarães, 2011):

- ✓ 1977 - Aprovação do primeiro POC;
- ✓ 1989 - Revisão do POC para adaptá-lo à 4ª Diretiva da, então, CEE;
- ✓ 1990 - Entrada em vigor da nova versão do POC;
- ✓ 1991 - Revisão do POC para incorporar a 7ª Diretiva;
- ✓ 1991 - Início da emissão das Diretrizes Contabilísticas (DC);

- ✓ 1993 - Plano contabilístico para os bancos e outras instituições financeiras;
- ✓ 1994 - Plano contabilístico para as seguradoras;
- ✓ 1999 - Revisão do POC, nomeadamente com a adoção do sistema de inventário permanente e da demonstração dos resultados por funções;
- ✓ 2003 - Revisão do POC, designadamente com a substituição da demonstração dos fluxos de origens e aplicações de fundos pela demonstração dos fluxos de caixa;
- ✓ 2004 - Transposição para o ordenamento jurídico interno da adoção do sistema de contabilização pelo justo valor;
- ✓ 2005 - Revisão do POC, com a mutação do conceito de provisões no ativo para ajustamentos dos valores do ativo e atualização do princípio contabilístico “Da prudência”, e a adoção do normativo do IASB pelas empresas cotadas em bolsa;
- ✓ 2009 - Aprovação do novo SNC, com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2010;
- ✓ 2015- Alteração ao SNC, com a publicação do DL n.º 98/2015, 2 de junho, teve como objetivo a transposição da diretiva n.º 2006/43/CE, com o intuito de unificação e clareza do sistema contabilístico.

1.2. Sistema de Normalização Contabilística

O SNC, publicado em 13 de julho de 2009, através do DL n.º 158/2009, passou a ser de aplicação obrigatória, para as empresas portuguesas não cotadas, a partir de 01 de janeiro de 2010, substituindo o antigo POC e as DC, pelo que as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), núcleo central do SNC, foram adaptadas a partir dos normativos do IASB adotadas pela UE (www.cnc.min-financas.pt, 2016). À semelhança dos outros Estados-Membros, conforme se encontra referenciado no preâmbulo do DL n.º 158/2009, de 13 de julho, a normalização contabilística nacional aproximou-se dos novos padrões comunitários, alinhando-se com as diretivas e regulamentos emanados da UE. Concomitantemente, neste processo de adaptação à harmonização contabilística, assumiu especial relevância a necessidade de se ajustar o nível de exigência de informação contabilística e relato financeiro às especificidades das entidades que compõem o tecido empresarial português, nomeadamente a sua dimensão (Santos & Alves, 2017).

O SNC é o modelo contabilístico, em consonância quer com as diretivas comunitárias quer com o normativo do IASB, adotado pela UE, que se pretende agora apresentar. Existem vários normativos aplicáveis em Portugal para as entidades com fins lucrativos do setor não financeiro, de um dos seguintes patamares: 1. IAS/IFRS; 2. NCRF; 3. NCRF-PE; 4. NC-ME (www.cnc.min-financas.pt, 2016).

Deste modo, o normativo do IASB constitui o normativo contabilístico aplicável em Portugal com maior grau de exigência. As NCRF fazem parte do SNC, e são emitidas pela CNC, sendo maioritariamente baseadas nos normativo do IASB. A NCRF-PE também integra o SNC, destina-

se às pequenas entidades e é baseada na IFRS/SME (IFRS-*Small Medium Entities*), constituindo uma síntese das NCRF. A NC-ME, incluída também no SNC, para Microentidades, representa também uma simplificação da NCRF-PE (www.cnc.min-financas.pt, 2016).

O novo sistema contabilístico, o SNC, tem como principais objetivos impulsionar a convergência das práticas de contabilização e avaliação dos ativos e passivos entre os diferentes Estados-Membros da UE, bem como potenciar a comparabilidade das DF entre as diferentes entidades do mesmo ramo de atividade económica (www.cnc.min-financas.pt, 2016). Ainda com a adoção das novas NC, a UE pretende dotar os detentores de capital e os utilizadores das DF em geral com informação financeira fiável, transparente e comparável. O SNC contribui para um maior investimento e financiamento por parte de investidores estrangeiros promovendo também uma melhor integração das empresas portuguesas nos mercados internacionais, uma vez que qualquer investidor poderá avaliar e perceber os relatos financeiros de uma empresa de qualquer parte do mundo, já que os critérios utilizados nos seus relatos financeiros serão os mesmos (Cunha, 2009).

Contudo, o SNC não é de aplicação geral, conforme se encontra estabelecido nos artigos 4.º e 5.º do DL 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo DL n.º 98/2015, de 2 de junho, ou seja, não se aplica às entidades que aplicam as IASB, seja por obrigação ou opção, nem às entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal, da atual Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. Deste modo, conforme o artigo 3º, o SNC é obrigatoriamente aplicável às seguintes entidades (DL n.º 158/2009, de 13 de julho):

- a) Sociedades abrangidas pelo Código das Sociedades Comerciais;
- b) Empresas individuais reguladas pelo Código Comercial;
- c) Estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada;
- d) Empresas públicas;
- e) Cooperativas;
- f) Agrupamentos complementares de empresas e agrupamentos europeus de interesse económico.

Deste modo, no presente ponto apresenta-se uma breve caracterização do SNC, bem como dos vários normativos aplicáveis em Portugal, que integram o SNC, atendendo aos níveis hierárquicos do normativo contabilístico, em conformidade com o tecido empresarial português, inseridos pelo DL n.º 158/2009, de 13 de julho, que foi posteriormente alterado pelo DL n.º 98/2015 de 2 de junho, contemplando novos limites das categorias de entidades.

Com o acompanhamento da dinâmica de adoção das NIC, pela UE, tendo em vista a sua absorção no quadro contabilístico nacional, que se pretende atualizado, apela a que se adotem procedimentos normativos suficientemente flexíveis. Assim, a normalização contabilística nacional deverá aproximar-se, tanto quanto possível, dos novos padrões comunitários, por forma a proporcionar ao país o alinhamento com as diretivas (Amorim, 2010).

A QIF pode depender da dimensão das empresas, sendo que esta se torna mais ou menos relevante na tomada de decisão. No domínio empresarial, a dimensão de uma entidade, a sua estrutura e políticas contabilísticas, são fatores cruciais que se relacionam com a relevância da informação financeira, pelo que, neste contexto, foram criadas diferentes NC.

Em Portugal as NC podem ser organizadas conforme as NIC/IAS/IFRS, NCRF, NCRF-PE e as NC-ME, tal como descrito na Comissão de Normalização Contabilística, havendo ainda também a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) segundo a Lei n.º 35/2010, de 2 de setembro. Cabe ao órgão de administração decidir empregar dependendo da dimensão e das políticas da entidade.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE) o tecido empresarial em Portugal apresenta-se maioritariamente constituído por Pequenas e Médias Empresas (PME), que totalizam 99,4%, onde 96,2% são Microentidades (ME) e 3,2% são Pequenas Empresas (PE) e a restante percentagem corresponde às grandes entidades (INE, 2020). De acordo com a base de estatísticas certificadas sobre Portugal e Europa (Pordata, 2023), tal como apresentado na Tabela 1, a CNC, desenvolveu propositadamente um modelo contabilístico para as ME e um modelo contabilístico para as PE.

O propósito de se criarem essas normas especificamente para ME e PE teve por objetivo o facto de se verificar que empresas menores podem incorrer em menores custos, que proporcionalmente, não as compensam, se cumprirem os mesmos requisitos de divulgação de informações financeiras das grandes entidades.

Às ME, PE e ESNL aplica-se o SNC com as especificidades constantes do DL n.º 158/2009, de 13 de julho, em particular no que se refere às características próprias das ESNL, conforme explicitado no ponto 1.5¹ e seguintes (Anexo ao DL n.º 158/2009, de 13 de julho).

Trata-se de um modelo de normalização assente mais em princípios do que em regras explícitas e que se pretende em sintonia com as normas IAS/IFRS emitidas pelo IASB e adotadas pela UE, bem como coerente com a Diretiva Contabilística n.º 2013/34/UE, de 26 de junho, do Parlamento Europeu e do Conselho, que constituem os principais instrumentos de harmonização no domínio contabilístico da UE (www.cnc.min-financas.pt, 2016).

As IFRS são normas e interpretações adotadas pelo IASB. Compreendem: (a) IFRS; (b) IAS; e (c) Interpretações desenvolvidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) ou pelo anterior *Standing Interpretations Committee* (SIC). O SNC assimila a

¹ A luz do DL 98/2015, 2 de junho «1.5 — A disseminação de ESNL e o importante papel e peso que desempenham na economia justificam que se reforcem as exigências de transparência relativamente às atividades que realizam e aos recursos que utilizam, nomeadamente através da obrigação de prestarem informação fidedigna sobre a gestão dos recursos que lhes são confiados, bem como sobre os resultados alcançados no desenvolvimento das suas atividades».

transposição da Diretiva Contabilística da UE, e é composto pelos seguintes elementos fundamentais que se enunciam:

- Estrutura Conceptual (EC);
- Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF);
- Códigos de Contas (CC);
- Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF);
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades – NCRF - PE);
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF - ESNL);
- Norma Contabilística para Microentidades (NC – ME ou NCM);
- Normas Interpretativas (NI).

Para uma melhor interpretação sobre os principais normativos contabilísticos em Portugal, será retratado no paragrafo seguinte, de uma forma resumida, as suas aplicações tendo em conta as diferentes entidades.

Nas BADF, encontram-se os requisitos globais conducentes a assegurar a comparabilidade das DF da própria empresa em diferentes períodos, e de outras empresas. Estão publicados modelos de balanço, demonstração dos resultados (por naturezas e por funções), demonstração das alterações do capital próprio, demonstração dos fluxos de caixa e anexo, e modelos simplificados das referidas DF (Amorim, 2010).

O CC abrange o quadro síntese das contas, o próprio código de contas (lista das contas) e as notas de enquadramento (DL nº 98/2015, de 2 de junho).

As NCRF resultam da adoção das IAS/IFRS adotadas na UE, considerando o tecido empresarial português e tratam o reconhecimento, a mensuração, a divulgação, outros aspetos particulares da entidade e outros acontecimentos (Amorim, 2010).

A NCRF-PE resume os principais aspetos de reconhecimento, mensuração e divulgação obtida das NCRF, considerados como requisitos mínimos a aplicar às PE, assim como para as NCM e ESNL.

Já as NI têm como objetivo principal esclarecer e/ou orientar sobre as restantes que integram o SNC.

Deste modo, as DF serão elaboradas tendo como base as IAS, as NCRF, as NCRF-PE, para entidades de menor dimensão e com menores necessidades ou exigências de relato financeiro, as NCM designadas de ME ou ESNL. Na Tabela 1, que se segue, faz-se o resumo sobre as principais NC e as suas aplicações tendo em conta os diversos normativos mencionados no trabalho.

Tabela 1 - Aplicação de Normas Contabilísticas.

Norma Contabilística	Aplicação
NIC/IAS (Normas internacionais adotadas diretamente pela UE)	Entidades cotadas, setor financeiro e setor segurador
NCRF (SNC português elaborado com base nas normas do IASB, adotadas pela UE)	Entidades sem títulos à negociação; Contas consolidadas; Contas Individuais
NCRF-PE (Norma simplificada para as PE)	PE (que não integrem consolidação); Não sujeitas a certificação legal de contas e não ultrapassem 2 dos seguintes limites: - Total de balanço: € 4000.000 - Total de rendimentos: € 8.000.000 - N.º trabalhadores: 50
NC-ME (Norma para ME)	ME (que não integrem consolidação); Não sujeitas a certificação legal de contas e não ultrapassem 2 dos limites no exercício anterior: - Total de balanço: € 350.000 - Volume de negócios líquido: € 700.000 - N.º trabalhadores: 10
ESNL (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo)	Entidades que prossigam, a título principal, atividades sem fins lucrativos.

Fonte: Adaptado de DL_98/2015, de 2 de junho

Tendo em vista uma maior aproximação aos critérios criados pelo normativo internacional IASB (IAS/IFRS), e tendo em conta as diferentes necessidades de relato financeiro do tecido empresarial português, no sistema normativo português foi definido um conjunto de normas adaptadas (Tabela 2) e a respetiva ordem para a sua aplicação em função das quais se regem ou se orientam. Com um sistema mais hierarquizado e adaptado em diferentes níveis, as NIC/IAS /IFRS, as NRCF, as NCRF-PE, NC-ME e a NCRF-ESNL, mas que partilham da mesma filosofia, os mesmos conceitos, princípios orientadores e regras técnicas garantido, assim, um sistema coerente e capaz de garantir um relato financeiro mais aproximado e coerente não só entre si como com o normativo IASB (Morais, 2013).

A Tabela 2 apresenta, por ordem cronológica, a legislação que constitui o SNC, bem como o seu conteúdo consoante a sua criação e aplicação atendendo às diferentes necessidades de relato financeiro do tecido empresarial português.

Tabela 2 - Normativo SNC em Portugal.

Normativo legal	Conteúdo
<i>DL</i>	n.º 158/2009, de 13 de julho Criação do SNC e âmbito de aplicação. Revogação do POC e legislação complementar
	n.º 35/2010, de 2 de setembro Aprova o regime contabilístico para ME
	n.º 36-A/2011, de 9 de março Aprova o regime contabilístico para ME e para as ESNL
<i>Lei</i>	n.º 20/2010, de 23 de agosto Alarga o conceito de PE
	n.º 35/2010, de 2 de setembro Regime especial para ME
<i>Portaria</i>	n.º 986/2009, de 7 de setembro MDF
	n.º 1011/2009, de 9 de setembro CC
	n.º 104/2011, de 14 de março MDF para ME
	n.º 105/2011, de 14 de março MDF para as ESNL
	n.º 106/2011, de 14 de março CC específico para as ESNL
	n.º 107/2011, de 14 de março CC específico para ME
<i>Avisos</i>	n.º 8254/2015, de 29 de julho EC
	n.º 8256/2015, de 29 de julho NCRF
	n.º 8257/2015, de 16 de julho NCRF-PE
	<i>n.º 8258/2015, de 29 de julho</i> NI
	n.º 8255/2015, de 29 de julho NCRF-ME
n.º 8259/2015, de 29 de julho NCRF-ESNL	

Fonte: Adaptado de www.cnc.min-financas.pt

Tendo por base a evolução do normativo contabilístico em Portugal, apresentada na Tabela 2, constata-se que o esforço para a harmonização contabilística tanto a nível internacional como nacional teve como objetivo fundamental a eliminação dos problemas com a diversidade contabilística, visando um sistema que seja aceite mundialmente para que as empresas locais preparem as suas DF e assim melhor acedam aos mercados de capitais internacionais e simultaneamente contribuam para a sua eficiência e informação. Para o efeito, foram criados DL, Leis, Portarias e Avisos com o intuito de responder às diferentes situações do contexto empresarial português.

A crescente internacionalização dos mercados, cada vez mais exigentes quanto à informação financeira e ao papel dinamizador do IASB no processo de harmonização, levou ao reconhecimento da qualidade e consequentemente aceitação das IAS/IFRS nos mercados financeiros a nível internacional (Almeida, 2010).

A Tabela 3 apresenta as 28 NCRF que se enquadram no SNC e a respetiva origem, ou seja, a indicação do normativo contabilístico internacional e do normativo nacional vigente anteriormente.

Tabela 3 - Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e a sua aplicação.

Nº	NCRF Descrição	IAS/ IFRS	Capítulo NCRF-PE	Capítulo NCM	Capítulo ESNL	DC(POC)
1	Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras	IAS 1	3	4	4	DC 18 e DC 20
2	Demonstração de Fluxos de Caixa	IAS 7	-	-	-	DC 14
3	Adoção pela primeira vez das NCRF	IFRS 1	4	5	5	-
4	Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros	IAS 8	5	6	6	DC 8
5	Divulgação de Partes Relacionadas	IAS 24	-	-	-	-
6	Ativos Intangíveis	IAS 38	6	8	8	-
7	Ativos Fixo Tangíveis	IAS 16	7	7	7	DC 16
8	Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas	IFRS 5	-	-	-	-
9	Loações	IAS 17	8	9	9	DC 25
10	Custos de Empréstimos Obtidos	IAS 23	9	10	10	-
11	Propriedades de Investimento	IAS 40	-	-	-	-
12	Imparidades de Ativos	IAS 36	-	-	-	-
13	Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas	IAS 28 e 31	-	-	-	DC 9 e DC 24
14	Concentrações de Atividades Empresariais	IFRS 3	-	-	-	DC 1
15	Investimentos em Subsidiárias e Consolidação	IAS 27	-	-	-	DC 6
16	Exploração e Avaliação de Recursos Minerais	IFRS 6	-	-	-	-
17	Agricultura	IAS 41	10	-	-	-
18	Inventários	IAS 2	11	11	11	-
19	Contratos de Construção	IAS 11	12	-	-	DC 3
20	Rédito	IAS 18	13	12	12	DC 26
21	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	IAS 37	14	13	13	-
22	Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo	IAS 20	15	14	14	-
23	Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio	IAS 21	16	15	15	DC 21
24	Acontecimentos Após a Data do Balanço	IAS 10	-	-	-	-
25	Impostos Sobre o Rendimento	IAS 12	17	16	16	DC 28
26	Matérias Ambientais		18	-	-	DC 29
27	Instrumentos Financeiros	IAS 32- 39-7	19	17	17	DC 17
28	Benefícios dos Empregados	IAS 19	20	18	18	DC 19

Fonte: Adaptado de www.cnc.min-financas.pt

No ponto seguinte, apresenta-se, de forma breve, o conceito de QIF e as diferentes formas de a aferir, bem como a relação que possa existir entre a QIF e o respetivo nível de normalização contabilístico adotado pelas empresas.

1.3. Qualidade da Informação Financeira

Uma vez apresentado o referencial contabilístico adotado pelas empresas portuguesas, procura-se, no presente ponto, apresentar várias abordagens à QIF, de modo a estabelecer-se uma possível relação entre o nível do referencial e a QIF.

1.3.1. Abordagens ao Conceito de Qualidade da Informação Financeira

Na literatura ainda não existe uma definição clara nem consensual sobre o conceito de QIF (Cepêda & Monteiro, 2020). Torna-se, pois, necessário precisar o entendimento a atribuir à “qualidade” da informação financeira. A literatura refere que dos diferentes elementos da informação financeira, os resultados contabilísticos assumem o maior peso na avaliação do desempenho da empresa. O facto de haver ou não qualidade na informação contabilística não é independente, mas sim fruto de juízos de valor dos seus diversos utilizadores, dependendo das necessidades, perspetivas e expectativas da pessoa que está a avaliar essa potencial qualidade (Mestre, 2013). Daí que muitas vezes se associe a QIF à qualidade dos resultados e se analise a existência de manipulação dos resultados (Carmo, 2013). As definições mais comuns na literatura sobre manipulação dos resultados são as seguintes:

- A manipulação de resultados pode ser definida como a divulgação de informações financeiras não confiáveis para influenciar as partes interessadas na tomada de decisão, obtendo benefícios apenas para a empresa e/ou para os gestores da mesma (Stolowy & Breton, 2004).
- A manipulação de resultado ocorre quando os gestores, no ato da preparação de informação financeira ou estruturação das transações, utilizam o seu julgamento para enganar alguns utilizadores quanto ao verdadeiro desempenho económico da empresa ou para influenciar o resultado de determinados contratos cuja execução depende da informação contabilística (Healy & Wahlen, 1999).

Adicionalmente, e segundo Ronen e Yaari (2010), é provável detetar na literatura três graus de conceito de manipulação de resultados: (a) “claro”; (b) “cinza” e (c) “opaco”. De acordo com a pesquisa destes autores, na perspetiva “clara”, a flexibilidade do sistema contabilístico é utilizada pelos gestores para revelar informações privadas sobre os fluxos de caixa futuros. A perspetiva “cinza” refere-se a um tratamento contabilístico oportunista, que melhora a reputação do gestor e torna a empresa economicamente mais eficiente. Por fim, na perspetiva dos autores, ainda é identificável na literatura uma perspetiva “opaca”. Este conceito refere-se à prática de truques que distorcem a transparência das DF.

1.3.2. Diferentes Formas de Aferir a Qualidade da Informação Financeira

A literatura tem vindo a oferecer um leque variado de metodologias para aferir ou medir a QIF. De entre a mais usadas em investigação empírica referem-se, a título de exemplo, as baseadas

nas propriedades dos resultados, como a persistência e a capacidade de previsão dos mesmos (Cohen, 2003), e as baseadas na autonomização da parte discricionária dos *accruals* Jones (1991), *Smoothness* por (Eckel, 1981), *Conservatism* (Basu, 1997), *Value Relevance* (Holthausen & Watts, 2000) e o *Earnings Response Coefficient* (Ball & Brown, An Empirical evaluation of accounting income numbers, 1968) . Após realizada uma breve alusão às formas mais utilizadas na literatura para aferir a QIF, desenvolve-se a metodologia de detecção da manipulação dos resultados baseadas nos *accruals*, segundo o modelo de Jones (1991), dado que será a metodologia usada na parte empírica desta dissertação.

Segundo os autores Dechow e Schrand (2010), a medição da qualidade de resultados com base nos *accruals* pressupõe que estes integram duas componentes: a componente normal (também referidos por *accruals* normais ou não discricionários) que capta os ajustamentos que refletem a atividade e o desempenho da empresa; e a componente anormal (igualmente designados por *accruals* anormais ou discricionários), que capta a discricionariedade do gestor, nomeadamente, praticas de manipulação dos resultados, bem como erros não intencionais associados à aplicação das NC.

Como referido, a literatura propõe algumas formas de aferir ou medir a QIF, pelo que serão posteriormente, de uma forma resumida, apresentados alguns dos principais modelos desenvolvidos no âmbito da problemática em análise. Importa separar o modelo de *accruals* da sua componente normal e anormal. Contudo, a formação de *accruals* é representada através do modelo de regressão linear, onde as variáveis explicativas traduzem um conjunto de fatores que determinam os *accruals* normais². Os *accruals* normais são obtidos a partir dos valores ajustados do modelo e os *accruals* anormais ou discricionários são dados pelos seus resíduos (ϵ_i, t) (Dechow & Watts, 2010).

Os modelos de *accruals* têm a sua génese no trabalho de Jones (1991), sendo que o modelo de detecção de manipulação dos resultados que a autora propõe passou a ser conhecido pelo seu nome (Carmo, 2013). A Tabela 4 apresenta o modelo de Jones (1991) e os modelos que surgiram posteriormente baseados no modelo inicial de Jones (1991), ao qual introduziram algumas mudanças de forma a melhorar algumas críticas apresentadas ao modelo de Jones (1991).

² *Accruals* normais – trata-se do método mais comum utilizado para medir a manipulação dos resultados. Esse método consiste na estimativa de um modelo de previsão não discricionário, calculando previsões anormais como diferença entre os acréscimos totais reais e o valor esperado dos acréscimos de acordo o modelo estimado (Dechow & Watts, 2010).

Tabela 4 - Modelos de *Accruals*

Modelo de Jones (1991)

$$ATi,t = \alpha + \beta_1 \Delta VN_{i,t} + \beta_2 AFT_{i,t} + \epsilon_{i,t}$$

Modelo de Jones com a modificação proposta por Dechow et al. (1995):

$$ATi,t = \alpha + \beta_1 (\Delta VN_{i,t} - \Delta CR_{i,t}) + \beta_2 AFT_{i,t} + \epsilon_{i,t}$$

Modelo de Jones com a modificação proposta por Kothari et al. (2005):

$$ATi,t = \alpha + \beta_1 (\Delta VN_{i,t} - \Delta CR_{i,t}) + \beta_2 AFi,t + \beta_3 ROAi,t + \epsilon_{i,t}$$

Modelo de Dechow e Dichev com a modificação proposta por McNichols (2002):

$$ACP_{i,t} = \alpha + \beta_1 FCO_{i,t-1} + \beta_2 FCO_{i,t} + \beta_3 FCO_{i,t+1} + \beta_4 \Delta VN_{i,t} + \beta_5 AFT_{i,t} + \epsilon_{i,t}$$

Modelo de Francis et al. (2005a):

$$\sigma(\epsilon_{i,\tau}) = \alpha + \lambda_1 DIM_{i,\tau} + \lambda_2 \sigma(FCO)_{i,\tau} + \lambda_3 \sigma(VN)_{i,\tau} + \lambda_4 \log(Ciclo)_{i,\tau} + \lambda_5 Neg_{i,\tau} + \tau_{i,\tau}$$

Modelo de Dechow et al. (2012):

$$ACP_{i,t} = \alpha + bPART_{i,t} + cPARTR_{i,t} + \sum_k f_k X_{k,i,t} + \epsilon_{i,t}$$

Fonte: Adaptado de Carmo (2013)

Onde:

AT- *Accruals* totais; ΔVN – Variação do volume de negócios; AFT – Ativos fixos tangíveis; ΔCR – Variação nas contas a receber; ROA – Rácio de rentabilidade dos ativos (resultado líquido do período/total do ativo); ACP – *Accruals* de curto prazo; FCO – Fluxo de caixa das atividades operacionais; ϵ_i Resíduos dos modelos; τ – Índice que representa o tempo; i – Índice que representa a empresa; $\sigma(\epsilon_{i,\tau})$ – Desvio Padrão dos resíduos do modelo de Dechow e Dichev com a modificação de McNichols (2002), ao longo dos anos $t-4$ a t ; DIM – Dimensão da empresa, medida pelo logaritmo do total do ativo; $\sigma(FCO)$ – Desvio Padrão do fluxo de caixa das atividades operacionais ao longo dos últimos 10 anos; $\sigma(VN)$ – Desvio Padrão do volume de negócios ao longo de 10 anos; $\log(Ciclo)$ – Logaritmo da duração do ciclo de exploração; Neg – Proporção de anos com resultados negativos nos últimos anos 10 anos; Ti,t – Resíduos do modelo de Francis et al. (2005a). PART – Variável

dicotômica que assume o valor 1 nos períodos em que se assume ter ocorrido a manipulação dos resultados e assume o valor 0, nos restantes períodos; PARTR – Variável dicotômica que assume o valor 1 nos períodos em que se assume o valor 0, nos restantes períodos; X_k – Representa o conjunto de k variáveis de controlo do modelo de *accruals* utilizado (Carmo, 2013).

De entre os modelos apresentados na Tabela 4, está o modelo de Jones (1991) o mais utilizado para a análise de manipulação de resultados. As variáveis explicativas do modelo de Jones (1991) são a variação do volume de negócios e o nível de ativos fixos tangíveis. A variação do volume de negócios controla o efeito que as alterações no nível de atividade da empresa originam nos *accruals* totais, através da variação do fundo maneio. O nível de ativos fixos tangíveis controla o efeito das depreciações nos *accruals* totais, considerando que as mesmas traduzem *accruals* normais, ou seja, o reconhecimento e mensuração das depreciações não é afetado pela discricionariedade do gestor, onde traduzem a componente anormal ou discricionária dos *accruals* totais (Carmo, 2013).

1.3.3. Relação do Nível de Referencial Contabilístico com a Qualidade da Informação Financeira

Com a adoção das IFRS, para os normativos nacionais, um dos objetivos era a diminuição da manipulação dos resultados. Alguns estudos foram realizados tendo por base este objetivo. Porém, as conclusões não são unânimes pois, alguns desses estudos consideram que, com a adoção das IFRS, houve uma diminuição de *accruals* discricionários (Markus, 2014). Outros estudos relatam que não houve alteração (Goncharov, 2006), havendo ainda outros a revelarem que houve um aumento dos *accruals* discricionários (Van, 2005).

Os apoiantes da harmonização contabilística defendem que a adoção rigorosa e transparente das normas permite a tomada de decisões com base em informação mais fidedigna, de mais fácil leitura e de melhor qualidade, havendo uma diminuição da assimetria de informação, reduzindo o problema da seleção adversa, com a possibilidade de comparar empresas de diferentes países (Ball, 2006; Pereira et al., 2009).

Como referem Pereira et al. (2009), a harmonização pode permitir que diferentes sistemas contabilísticos se posicionem de forma a eliminar métodos não recomendados e, ao mesmo tempo, a unificar alguns desses métodos.

O avanço da harmonização contabilística empreendido pelo IASB envolveu o retrocesso dos modelos patrimonialistas que visam a proteção dos credores e modelos de base fiscal para modelos baseados no paradigma da utilidade, cujo objetivo é a produção de informação útil para a tomada de decisões. Em conformidade com a orientação do IASB, a literatura tem seguido o paradigma da utilidade como sinónimo de qualidade da informação contabilística (Martins, 2007; Lopes, 2012). Segundo Jermakowicz (2004) com a adoção das IFRS, vários são os autores que

sugerem a diminuição das assimetrias na informação financeira³ e o aumento da qualidade, fundamentado no relato financeiro mais orientado e focado no apuramento do lucro económico e menos no lucro fiscal.

Apesar de todos os esforços para melhorar as normas, desde a aplicação definitiva das IAS, a discussão tem procurado aferir em que medida a sua utilização aumenta ou não a QIF (Gray et al., 2015). Nesta linha de investigação, a literatura apresenta pelo menos duas razões para que a aplicação das IFRS nem sempre foi sinónimo de maior qualidade, tais como: 1- o facto de não limitar o livre arbítrio dos gestores pode levar a esconder factos que seriam determinantes para perceber o real desempenho económico-financeiro da empresa; 2- a flexibilidade que rege algumas normas pode ser indutora de manipulação de resultados, o que reduz a QIF.

Neste sentido, é importante realçar a existência de uma relação entre a QIF e a dimensão das empresas e, conseqüentemente, o nível de referencial contabilístico adotado por estas. Como o sistema empresarial português é composto maioritariamente por PME, caracterizadas por uma elevada concentração da propriedade e gestão, tende a existir uma relação positiva entre a QIF e a dimensão das empresas e, conseqüentemente, o nível de referencial contabilístico adotado. Segundo Pires et al. (2020), a estrutura do próprio normativo, ao oferecer um conjunto de normas de aplicação vertical, seguindo no essencial o critério que faz depender da dimensão, deixa evidente a existência dessa relação.

1.4. O Setor da Restauração em Portugal

Tendo em atenção a pergunta de partida, para a elaboração da componente empírica desta investigação, escolheu-se como objeto de estudo um universo de empresas do setor da restauração e similares, devido à importância que este setor assume para a criação de riqueza da economia regional e nacional, bem como de emprego. Por conseguinte, para uma maior compreensão acerca da aplicação prática, esta subsecção procura apresentar uma breve caracterização do setor da restauração e similares.

De acordo com a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE), ao setor da restauração e similares está associado o código de atividade económica 56, que se divide em três grupos: CAE 561 – Restaurantes; CAE 562 – Fornecimentos de refeições para eventos e outras atividades de serviço de refeições; CAE 563 – Estabelecimentos de bebida (INE, 2007, 2020).

³ A assimetria da informação – consiste na existência de um equilíbrio na obtenção de informações, pelos envolvidos em determinada negociação comercial, que além de aferir a igualdade das partes na operação, pode influenciar o funcionamento do mercado (Rezende et al., 2015). Por outras palavras, pode ser entendido como informações incompletas fornecidas pelo agente ao principal.

De acordo com o DL n.º 10/2015, de 16 de janeiro, o qual estabelece a regulamentação dos estabelecimentos de restauração e bebidas, refere no Capítulo I, artigo 2º que os estabelecimentos de restauração são estabelecimentos destinados a prestar, mediante remuneração, serviços de alimentação e de bebidas no próprio estabelecimento ou fora dele. Também os estabelecimentos de bebidas devem prestar, mediante remuneração, serviços de bebidas e cafetaria no próprio estabelecimento ou fora dele. Segundo os dados da Central de Balanços do Banco de Portugal (2023), em 2022, um total de 312.958 pessoas, com um volume de negócios de 17.370 milhões de euros, 73,69% restauração existiam 52.055 empresas do setor do alojamento, restauração e similares no território português, empregando. Em termos relativos, o segmento da restauração e similares representava 72,46% (37.717) das empresas; 62,07% (194.253) do pessoal ao serviço; e 62,07% (10.781,2 milhões de euros) do volume de negócios.

Segundo a análise setorial do Banco de Portugal (2023), o setor do alojamento, restauração e similares era composto, em 2016, por 41.089 empresas, apresentando um volume de negócios no total de 10.026,2 milhões de euros. Deste universo, 33.494 (81,52%) empresas pertenciam ao segmento da restauração e similares, tendo gerado 62,76% (6.292,5 milhões de euros) do volume de negócios do setor. Acresce ainda que, com base no critério de classes de dimensão, em 2022, o setor da restauração e similares em Portugal era constituído por 87,18% de microempresas, 11,48% de pequenas empresas, 1,23% de médias empresas e 0,12% de grandes empresas. Os valores relativos a 2016 situavam-se nos 89,76% para as microempresas, 9,58% pequenas empresas, 0,60% médias empresas e 0,07%, grandes empresas (Banco de Portugal, 2023).

Segundo Simão (2014) a restauração não é um setor homogéneo, pois as empresas diferem de acordo com o tipo de contrato e a qualificação do pessoal. Acresce ainda que a progressão de carreira nas empresas de restauração também é difícil porque a maioria dos empregos é em regime de *part-time*, sazonal ou temporário.

Na secção seguinte apresenta-se a metodologia que permitirá responder à questão de investigação formulada.

2. METODOLOGIA

Nesta secção apresenta-se a metodologia que permitirá responder à questão de investigação e à concretização dos objetivos da mesma.

2.1. Objetivos e Hipótese de Investigação

Com a presente dissertação pretende-se aferir se o nível do referencial contabilístico adotado pelas empresas portuguesas e, em particular, do setor da restauração e similares, influencia a sua QIF. Deste modo, a questão de investigação que se coloca é a seguinte: de que forma o nível contabilístico adotada pelas empresas influencia a sua QIF. Para a concretização do objetivo, serão recolhidos dados económico-financeiros de empresas portuguesas classificadas com o CAE 56 – Restauração e similares - constantes da base de dados SABI, para o período compreendido entre 2016 e 2021.

Conforme referido na secção anterior, a divulgação de informação por parte das empresas é fundamental para que os gestores atuem de forma mais eficiente. Esta informação é divulgada principalmente através das DF que, sendo construídas com base num conjunto de normas contabilísticas com aceitação generalizada, procuram representar a verdadeira posição financeira da empresa, os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa. Diversos estudos documentam a importância das NC, mas poucos estabelecem uma relação entre a qualidade das NC e a QIF divulgada (Yu, 2005).

À semelhança do tecido empresarial português, o setor da restauração é composto por entidades de dimensão diversa, que vão desde as entidades com valores mobiliários cotados, a que correspondem as maiores exigências e necessidades de relato financeiro, até às pequenas e microempresas, a quem basta um regime simplificado. Espera-se, assim, com este trabalho, estudar os diferentes níveis de normalização contabilística que, em conformidade com a estrutura do tecido empresarial português e, em particular, do setor da restauração, apresentam diferentes níveis de necessidades de relato financeiro.

Determinados autores argumentam que a aplicação de regras contabilísticas pode tornar mais difícil a manipulação dos resultados (Leuz et al., 2008). Em geral, as NC são um pouco adaptáveis, o que permite aos gestores escolher as informações financeiras a divulgar de acordo com o que sabem sobre as operações da empresa como forma de aumentar o valor das informações contabilísticas. Contudo, tal flexibilidade cria condições para o seu uso indevido, permitindo aos gestores manipularem os resultados (Ronen & Yaari, 2010). Assim, e tendo em conta o objetivo geral do estudo, definiu-se a seguinte hipótese de investigação:

H1: A QIF está positivamente relacionada com o nível de referencial contabilístico adotado pelas empresas. De acordo com a generalidade da literatura consultada, a QIF muitas das vezes é influenciada pelo nível referencial contabilístico adotado, mas também muitas das vezes a dimensão da empresa influencia a QIF adotada pela mesma. Por esta razão, optou-se pela introdução dessa variável no modelo utilizado no estudo como forma de determinar a sua influência sobre a QIF. No sentido de dar resposta aos objetivos deste estudo, optou-se por replicar o Modelo de Jones (1991), segundo o qual se procura aferir a QIF pela via dos *accruals* anormais ou discricionários. Por conseguinte, usando os *accruals* anormais como *proxy* da QIF, foi aplicado o modelo de regressão linear, da autoria de Jones (1991), cujas variáveis explicativas representam os fatores determinantes dos *accruals* normais e os resíduos representam os *accruals* anormais.

2.2. Modelos de Análise

2.2.1. Modelo de Jones

O modelo de Jones (1991), como na seção anterior se referiu, é um dos modelos mais utilizados na literatura para aferir a qualidade dos resultados, ou seja, a QIF. O modelo permitir efetuar uma divisão dos *accruals* totais (AT) em *accruals* normais, ou *accruals* não discricionários (NAC), e *accruals* anormais ou *accruals* discricionários (DAC), sendo que os NAC captam a atividade normal e o desempenho da empresa, enquanto os DAC permitem detetar a manipulação de resultados e determinar a QIF, e podem ser obtidos através dos resíduos do modelo [1] (Carmo, 2013).

De acordo com o modelo de Jones (1991), os AT são dados pela seguinte expressão:

$$AT_{i,t} = \alpha + \beta_1 \Delta VN_{i,t} + \beta_2 AFT_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad [1]$$

Onde VN é o volume de negócios e AFT o valor dos ativos fixos tangíveis. Quanto maior o valor dos resíduos, maior será o valor dos DAC e conseqüentemente menor será a QIF (Hribar & Nichols, 2007). Para efeitos do presente trabalho, utilizar-se-á o valor absoluto dos |DAC| como *proxy* da QIF.

2.2.2. Modelo Global

O modelo econométrico, estimado por *Ordinary Least Squares* (OLS) que permitirá testar a relação pretendida terá como variável dependente a QIF, ou seja, os |DAC|, aferida através do modelo [1], e como principal variável explicativa o nível de referencial contabilístico adotado pela empresa, de acordo com os critérios definidos no SNC. Assim, o modelo global a utilizar será o seguinte:

$$|DAC|_{i,t} = \beta_1 NC_{i,t} + \beta_2 IRCD_{i,t} + \beta_3 IDADE_{i,t} + \beta_4 DFJ_{i,t} + \beta_5 DIMP_{i,t} + \sum \beta_6 DANO_{i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad [2]$$

Em que:

$|DAC|_{i,t}$ = *Accruals* discricionários da empresa_i no ano_t, obtidos através do modelo de Jones (1991) [1];

$NC_{i,t}$ = Nível de normalização contabilístico, segundo o SNC, aplicado à empresa_i no ano_t.

$IRCD_{i,t}$ = Valor do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas da empresa_i no ano_t, deflacionado pelo ativo total;

$IDADE_{i,t}$ = Idade da empresa_i no ano_t, deflacionado por pelo ativo total;

$DFJ_{i,t}$ = Variável *dummy* que assume o valor 1 se a empresa_i no ano_t é uma sociedade anónima, o valor 0 caso contrário;

$DIMP_{i,t}$ = Variável *dummy* que assume o valor 1 se a empresa_i no ano_t tem atividade importadora ou exportadora, o valor 0 caso contrário;

$\sum DANO_{i,t}$ = Conjunto de variáveis *dummy* que assumem o valor 1 se a observação pertence a um determinado ano (2018, 2019, 2020 e 2021).

$\varepsilon_{i,t}$ = Termo de erro que obedece às hipóteses clássicas dos modelos estimados por OLS.

Quanto ao sinal esperado para cada variável introduzida no estudo, primeiramente tem-se os |DAC| como variável dependente. Quanto a esta espera-se que seja negativo, pois é o que pretende demonstrar. No entanto, a relação entre a QIF e o NC deve ser interpretada de forma inversa, uma vez que quanto menores forem os DAC melhor será a QIF. Esta relação esperada vai de encontro a outros estudos que referem que quanto melhor a QIF maior é o nível de normativo contabilístico adotado pela empresa.

Quanto ao sinal das variáveis DFJ, DANO este também se espera que seja negativo uma vez que aquilo que se pretende demonstrar é que as empresas que adotam diferentes formas

jurídicas e tenham menos tempo de vida tendem a ter menor QIF. Por outro lado, espera-se que o sinal das variáveis IRCD, IDADED e DIMP seja positivo, pois as empresas que tenham maior capacidade de cumprir com os gastos, mais tempo de vida e que sejam de maior dimensão tendem a ter uma melhor QIF.

A variável que identifica o nível de normalização contabilística adotado pela empresa (NC) é organizada em quatro níveis. Assim: Nível 1- Corresponde ao normativo que é aplicado às empresas devem adotar a NC-ME; Nível 2- Corresponde ao normativo que é aplicado às empresas devem adotar a NCRF-PE; Nível 3- Corresponde ao normativo que é aplicado às empresas devem adotar as NCRF; Nível 4 - Corresponde ao normativo que é aplicado às empresas devem adotar as IAS/IFRS.

2.3. Seleção da Amostra

A amostra foi selecionada a partir do conjunto de empresas portuguesas com informação disponível na base de dados SABI, uma vez que contém uma vasta quantidade de informação contabilística de empresas nacionais. Optou-se pelo setor da restauração e similares pelo facto de ser um setor com muita representatividade no país e por ter sofrido um impacto significativo com a COVID-19.

A amostra recorre a rubricas do balanço, da demonstração dos resultados e outra informação disponível, tal como tipo de sociedade, idade da empresa e a existência ou não de atividade importadora/exportadora.

Conforme mencionado anteriormente, os dados financeiros necessários para o estudo foram obtidos a partir da base de dados SABI das empresas que possuem o CAE 56 – Restauração e similares. Assim, foi possível selecionar inicialmente uma amostra de 28.057 empresas ativas para os anos de 2016 a 2021, coletando num total de 140.425 observações. A amostra contempla um conjunto de empresas com diferentes formas jurídicas adotadas em Portugal tais como: entidade estrangeira, sociedade anónima, sociedade por quotas e sociedade unipessoal por quotas. Com o cálculo da variação das variáveis utilizadas para estimação dos DAC, o estudo passou a ter 99.230 observações. Por último, e após as eliminações das *outliers* da variável |DACA| a -2% e +2%, conforme apresentado na Tabela 5, obtiveram-se 96.254 observações empresa-ano que correspondem à amostra final.

Tabela 5 - Seleção da Amostra.

Descrição	N.º de Observações
N.º de empresas – CAE 56 - disponíveis na base de dados SABI para o período 2016-2021.	28.057
N.º de observações empresa-ano após o cálculo da variação das variáveis utilizadas para estimação dos <i>accruals</i> discricionários. Foram também eliminadas algumas observações em falta.	99.230
N.º de observações empresa-ano após as eliminações dos <i>outliers</i> da variável DAC a -2% e +2%.	96.254

Fonte: Elaboração própria

3. RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados os resultados empíricos obtidos através da aplicação da metodologia descrita anteriormente. Numa primeira fase, apresentam-se as estatísticas descritivas, seguida das correlações e, por fim, os principais resultados empíricos obtidos através da estimação dos modelos apresentados na seção anterior.

3.1. Estatísticas Descritivas

A Tabela 6 apresenta uma descrição abrangente das variáveis mais importantes para a estimação do modelo [2] bem como da variável que resulta da implementação deste. Em termos médios as empresas da amostra apresentam um total de ativo (AT) ligeiramente superior a 260 mil euros, um volume de vendas e prestação de serviços (VPS) aproximadamente de 335 mil euros e uma média de 8,6 empregados (EMP). Como cada umas das variáveis tem um desvio padrão maior de que a média, a análise das estatísticas descritivas mostra que todas as variáveis apresentam uma alta volatilidade.

Tabela 6 - Estatísticas Descritivas.

Painel A – Variáveis do Modelo [1] e Gerais					
Variáveis	n	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
VPS	96.254	0	143.797.512,58	334.836,26	2.095.653,13
AT	96.254	0,01	200.924.697,13	261.646,37	2.095.833,31
EMP	96.254	0	4.39	8,620	56,87
INV	96.254	5,2E-09	0,022	0,00	0,000
AFTD	96.254	0	132,039	0,418	1,295
VVPSD	96.254	-91,212	473,896	0,423	4,655

Painel B – Variáveis do Modelo [2]					
Variáveis	n	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
 DAC 	96.254	0,027	18,369	1,426	1,816
IRCD	96.254	-2,548	10,393	0,024	0,100
IDADED	96.254	0,882	1,000	0,991	0,008

Painel C- Variáveis Categóricas Modelo [2]				
Variáveis			Frequência	%
DFJ	Quotas	0	95.478	99,20
	Anónima	1	776	0,80
DIMP	SA/IMP/EXP	0	48.019	49,90
	CA/IMP/EXP	1	48.235	50,10
NC		1	86.016	89,40
		2	5.494	5,70
		3	4.548	4,70
		4	196	0,20

Nota: 1) Definição das variáveis: VPS – Vendas e prestação de serviços; AT – Ativo total; EMP – Número de empregados; INV- Inverso do ativo total_{t-1}; AFTD – Ativo fixo tangível deflacionado pelo ativo total_{t-1}; VVPSD – Variação das vendas e prestação de serviços entre t e t-1 deflacionado pelo ativo total_{t-1}; |DAC| - Valor absoluto dos *accruals* discricionários estimados através do Modelo [1]; IRCD – Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas do ano deflacionado pelo ativo total_{t-1}; IDADED – Idade da empresa deflacionada pelo ano 2021; DFJ – Variável *dummy* que assume o valor 1 se a empresa é uma sociedade anónima, o valor 0 caso contrário; DIMP – Variável *dummy* que assume o valor 1 se a empresa tem atividade importadora ou exportadora, o valor 0 caso contrário; NC – Nível de normalização contabilístico, segundo o SNC.

Fonte: Elaboração própria

Ainda relativamente ao **Painel A**, e no que concerne às variáveis independentes do Modelo [1], salienta-se o valor médio de AFTD de 0,418 e do desvio padrão de 1,295, a qual demonstra uma fraca volatilidade. Já a variável VVPSD, com uma média de 0,423 e um desvio padrão de 4,655, revela uma volatilidade alta, uma vez que o desvio padrão é superior à média. Por último tem-se a variável IDADED que apresenta uma média de 0,991% e um desvio padrão de 0,008, o que demonstra uma fraca volatilidade.

No que concerne às variáveis apresentadas no **Painel B**, constata-se que a variável |DAC| apresenta um valor médio de 1,426, próximo do seu desvio padrão, pelo que não revela grande volatilidade. Por definição, esta variável deve apresentar média zero. A justificação para que tal não aconteça reside no facto de terem sido eliminados os *outliers* a +/-2%. Já relativamente às variáveis IRCD e IDADED, estas apresentam um valor médio menor do que 1, assim como o desvio padrão, o que demonstra pouca volatilidade dessas variáveis.

Quanto às variáveis apresentadas no **Painel C**, de referir que a quase totalidade (99,20%) das empresas da amostra são sociedades por quotas, face a apenas 0,08% de sociedades anónimas, o que está em linha com a dimensão das empresas. Em termos de empresas com

atividade importadora/exportadora, verifica-se um equilíbrio na amostra com cerca de 50% das empresas com e sem atividade importadora/exportadora. Já relativamente ao nível de normalização contabilística adotado, constata-se que 89,4% das empresas aplicam o nível mais baixo e que apenas cerca de 5% aplicam o nível 2 e o mesmo se aplica ao nível 3. Apenas 0,2% são obrigadas a aplicar o nível mais elevado. Conforme descrito no enquadramento teórico. Estes valores estão em linha com a dimensão das empresas e com a sua forma jurídica. Embora não se encontre tabelado, o número de observações da amostra por ano oscila entre as 16.976 em 2017 e as 21.231 em 2021.

A Tabela 7 apresenta os coeficientes de correlação de Pearson para as variáveis utilizadas no Modelo [2].

Tabela 7- Coeficiente de Correlação de Pearson.

	DAC	NC	IRCD	IDADED	DFJ	DIMP	ANO17	ANO18	ANO19	ANO20	ANO21
DAC	1	-,038**	,117**	-0,004	-,009**	,074**	,038**	,422**	-,068**	-,212**	-,160**
NC		1	,010**	-,043**	,207**	-,095**	-0,006	,006*	,010**	-,007*	-0,004
IRCD			1	,021**	-,008*	-,045**	,042**	,019**	,028**	-,060**	-,025**
IDADED				1	-,021**	-,018**	-,074**	-,042**	-0,002	,040**	,070**
DFJ					1	0,004	0,006	0,005	0,000	-0,004	-0,006
DIMP						1	-,009**	-0,002	0,000	,008*	0,002
ANO17							1	-,224**	-,232**	-,240**	-,246**
ANO18								1	-,243**	-,251**	-,258**
ANO19									1	-,260**	-,267**
ANO20										1	-,276**
ANO21											1

Notas: 1) As variáveis encontram-se definidas na Tabela 6; 2) (*) - Correlação é significativa a um nível de significância de 5%; 3) (**) – Correlação é significativa a um nível de significância de 1%; 4) N.º de observações é de 96.254.

Fonte: Elaboração própria

De acordo com a Tabela 7, e tendo em conta os critérios definidos por especialistas (Marôco, 2018), constata-se que as correlações entre as variáveis são fracas e genericamente estatisticamente significativas, para um nível de significância de 1%. Com isto, pode-se afirmar que no Modelo [2] não deverá sofrer de efeitos de multicolinearidade. Verifica-se também que a variável dependente do Modelo [2], |DAC|, apresenta uma correlação estatisticamente significativa com todas as variáveis independentes, para um nível de significância de 1%, com exceção da variável IDADED. A variável independente, NC, considerada a principal variável explicativa, apresenta uma correlação negativa e estatisticamente significativa com a variável |DAC|, o que se encontra em linha com o perspectivado na H1, ou seja, quanto menor o nível de NC adotado pela empresa menor a QIF da empresa. De salientar, e como anteriormente se referiu, quanto maior o valor de |DAC| menor será a QIF da empresa.

3.2. Análise e Discussão de Resultados

Esta subseção destina-se a apresentar, analisar e interpretar os resultados obtidos, numa primeira fase, através da estimação do modelo Jones (1991) para a ferir a QIF das empresas da amostra e, numa segunda fase, estimar o modelo que permite testar a relação da QIF com o referencial contabilístico de aplicação obrigatória a cada empresa e de outras variáveis de controlo.

3.2.1. Estimação da Qualidade da Informação Financeira

Como se referiu na metodologia, a QIF é obtida através da estimação, por ano, do Modelo [1] – Modelo de Jones (1991). Assim, a variável |DAC| corresponde aos resíduos do Modelo [1] e é usada como *proxy* da QIF. Quanto maior for o valor de |DAC|, menor será a QIF.

No sentido de demonstrar que o valor dos |DAC| é estatisticamente diferente de zero, recorreu-se ao teste *t-student*. O teste *t-student* baseia-se em duas hipóteses, a hipótese nula na qual $\mu=0$ é a hipótese alternativa é na qual $\mu\neq 0$, para um nível de significância (*p-value*) inferior a 5%. A Tabela 8 apresenta os resultados desta análise teste *t-student* à variável |DAC|.

Tabela 8 - Teste Estatístico *t-student* - Variável |DAC|.

Indicadores do teste	Valor (<i>p-value</i>)
Valor a testar	0,000
Média	1,426
Desvio Padrão	1,815
Estatísticas de <i>t</i>	-610,613
<i>p-value</i>	0,000
n	96.253

Fonte: Elaboração própria

Tendo em conta os resultados apresentados na Tabela 8, verifica-se que a hipótese nula é rejeitada, uma vez que o nível de significância (*p-value*) é inferior a 5% (0,000). Assim, confirma-se a existência de *accruals* discricionários entre as empresas que constituem a amostra. Com estes resultados, pode concluir-se que existem empresas na amostra que usam práticas de manipulação de resultados e, por conseguinte, apresentam uma menor QIF.

3.2.2. Relação entre a Qualidade da Informação Financeira e o Nível de Referencial Contabilístico Adotado

Após analisar as correlações entre as variáveis apresentadas na subsecção anterior, os resultados foram avaliados pela regressão linear múltipla por OLS, como forma de responder à hipótese formulada anteriormente e ao objetivo do estudo. Para isso, foram consideradas todas as empresas da amostra.

Para fazer uma interpretação precisa dos dados obtidos por meio da aplicação deste modelo, é necessário ter em atenção alguns pontos importantes. Assim, vários indicadores como o coeficiente de determinação, o teste de significância global (teste F) e o teste de significância individual (teste t) foram usados para avaliar o impacto de cada uma das variáveis inseridas no modelo. Assim serão apresentados esses indicadores mencionados acima e os coeficientes resultantes da estimação do modelo de regressão linear múltipla. A Tabela 9 mostra os resultados obtidos usando este modelo.

Tabela 9 - Relação entre a QIF e o Referencial Contabilístico Adotado.

Variáveis	Sinal Esperado	Coefficiente	T	p-value
Constante	?	-	-6,610	<0,001
NC	-	-0,033	-11,162	<0,001
IRCD	-	0,101	35,484	<0,001
IDADED	+	0,026	9,066	<0,001
DFJ	-	-0,004	-1,501	0,133
DIMP	-	0,079	27,560	<0,001
ANO18	?	84,080	<0,001
ANO19	?	-0,088	-23,607	<0,001
ANO20	?	-0,196	-52,146	<0,001
ANO21	?	-0,157	-41,525	<0,001
R²		0,222		
R² Ajustado		0,222		
Teste F		3.059,530		<0,001
N.º Obs.		96.254		
Durbin-Watson		1,971		

Notas: 1) As variáveis encontram-se definidas na Tabela 6; 2) Modelo de análise: $|DAC|_{i,t} = \beta_1 NC_{i,t} + \beta_2 IRCD_{i,t} + \beta_3 IDADE_{i,t} + \beta_4 DFJ_{i,t} + \beta_5 DIMP_{i,t}$. 3) Validação de pressupostos dos modelos estimados por OLS: Quanto ao valor de teste de *Durbin-Watson*, o mesmo apresenta um valor de 1,971. Como o valor é muito próximo de 2, pode assumir-se a não existência de autocorrelação dos resíduos do modelo. Também se verifica a não existência de multicolinearidade entre as variáveis independentes do

modelo. 4) Como o valor do teste F é muito elevado e estatisticamente significativo, tal significa que as variáveis independentes têm capacidade explicativa, sendo o modelo globalmente válido.

Fonte: Elaboração própria

Face ao exposto na Tabela 9, verifica-se que o R^2 e o R^2 Ajustado apresentam o mesmo valor de 22,2%, ou seja, a qualidade do ajustamento pode ser considerada razoável para esta tipologia de estudos, o que demonstra o peso que as variáveis independentes têm na explicação da variável dependente.

Da análise ao comportamento das variáveis, constata-se, conforme esperado, a existência de uma relação positiva entre o nível de normalização contabilística (NC) adotada pela empresa e a QIF, ou seja, quando menor o NC ou o referencial contabilístico adotado, menor a QIF aferida através da variável |DAC| e vice-versa. Recorde-se que quando maior o valor de |DAC| menor será a QIF. Assim, o coeficiente negativo de NC é estatisticamente significativo, o que permite validar a hipótese de investigação formulada (HI1).

Os resultados evidenciam, assim, que a adoção de um referencial contabilístico mais exigente leva a uma melhor QIF, tal como referido em estudos anteriores (e.g. Pereira et al., 2009; Markus, 2014). As empresas obrigadas a adotarem um referencial contabilístico menos exigente tendem a manipular mais os resultados de forma a melhor atingirem os seus objetivos.

Ao analisar as variáveis de controlo colocadas no modelo, e começando pela IRCD, verifica-se que esta apresenta um coeficiente positivo e estatisticamente significativo, contrariamente ao esperado, ou seja, seria expectável que as empresas com melhor QIF e consequentemente menor valor dos |DAC| paguem mais impostos ao Estado, dado que a manipulação dos resultados por incentivos fiscais ser menor.

No que concerne à variável IDADED, verifica-se a existência de um coeficiente positivo e estatisticamente significativo, conforme esperado, ou seja, empresas com mais idade e mais experientes tendem a manipular mais os resultados e assim possuem uma QIF inferior e daí um valor dos |DAC| mais elevado.

A variável DFJ apresenta, conforme esperado, um coeficiente negativo, mas não estatisticamente significativo. Como as empresas que assumem a forma jurídica de sociedade anónima, tendem a estar associadas a empresas de maior dimensão e desse modo adotarem um referencial contabilístico mais exigente.

O facto de as empresas possuírem atividade exportadora ou importadora isso pode estar associada a uma maior dimensão e assim a melhor QIF. Contudo, esse comportamento não na amostra analisada.

Da análise às variáveis *dummy* que identificam o ano, observa-se que todos os anos tabelados – 2019, 2020 e 2021- apresentam coeficientes negativos e estatisticamente significativos, com

exceção do ano 2018 que apresenta um coeficiente positivo e estatisticamente significativo. Estes resultados revelam que, de certa forma, a QIF das empresas analisadas melhorou nos últimos anos, dado que apresentaram menores valores de |DAC|.

Na próxima secção apresentam-se as principais conclusões, limitações e sugestões para trabalhos futuros.

CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E FUTURAS LINHAS DE INVESTIGAÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido com o objetivo principal de aferir se o nível do referencial contabilístico adotado pelas empresas portuguesas pode influenciar a QIF. No sentido de se concretizar o objetivo traçado procedeu-se à revisão de literatura sobre a problemática em análise. De seguida, com o intuito de perceber a relação existente entre o nível de referencial contabilístico adotado pelas empresas e a QIF, na aplicação prática foram analisadas várias variáveis, nomeadamente a variável |DAC|, considerada na literatura como *proxy* na QIF e outras variáveis de controlo.

Como forma de responder à questão de investigação e por conseguinte, desenvolver o estudo empírico, recorreu-se à base de dados SABI para extrair os dados relativos às empresas portuguesas do setor da restauração e similares, no período de 2016 a 2021. A partir desta extração, foram obtidas inicialmente 140.425 observações. Com a limpeza da base de dados, a amostra final passou a ser de 96.254 observações.

Com recurso ao modelo desenvolvido por Jones (1991) e com os resíduos da estimação deste modelo por ano, foi possível obter os DAC e foi aferida a QIF das empresas objeto de análise no estudo. Posteriormente, foram determinadas as restantes variáveis, sendo para o efeito aplicado o modelo global estimado por OLS, com o objetivo de averiguar a relação existente entre a QIF e a principal variável independente, ou seja, o referencial contabilístico adotado pelas empresas.

Ainda durante a caracterização da amostra em estudo foi possível verificar que a maioria das empresas pertencem ao grupo das pequenas e médias empresas, o que de facto corresponde à realidade do tecido empresarial português, bem como da maioria dos países europeus.

A título de conclusão principal deste estudo, os resultados obtidos comprovam que existe uma relação entre o nível de referencial contabilístico adotado e a QIF. Essa relação é positiva conforme esperado, validando assim a hipótese de investigação formulada. Em suma, os resultados obtidos reiteram o anteriormente referido na revisão de literatura, ou seja, quanto maior e mais exigente for o nível de referencial contabilístico adotado pelas empresas melhor é a QIF.

Esta influência pode ser o resultado das práticas de manipulação dos resultados, isto porque, muitas das vezes os gestores optam por praticas de resultados que omitem a posição e o desempenho real da empresa, acreditando que podem obter benefícios com isso. Este estudo mostra o contrário e serve de exemplo para os gestores entenderem que apostar em práticas de contabilidade que realmente mostram a posição da empresa, ganham muito mais e, como resultado, aumentam a QIF. Esta conclusão permite mostrar aos utilizadores de informação financeira que a QIF é importante para avaliar o desempenho da empresa e reduzir a informação assimétrica (Ahmed al-Hadi, 2022).

Uma das limitações deste estudo diz respeito à dimensão da amostra, considerando a hipótese assumida de limitar o estudo às empresas portuguesas do setor da restauração e similares, com base em informação recolhida através do SABI, o que condiciona a generalização dos resultados. Outra limitação possível prende-se com a escolha das variáveis explicativas, podendo existir outras variáveis explicativas relevantes que não foram considerados nessa dissertação.

Como sugestões para investigação futura, sugere-se, por um lado, a inclusão de outras variáveis explicativas, e por outro, o alargamento da dimensão da amostra a outros setores de atividade, como forma de garantir um estudo mais representativo e, possibilitar a generalização dos resultados obtidos no âmbito da presente investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ahmed al-Hadi, A. a.-A. (2022). Reporting quality and financial leverage: Are qualitative characteristics or earnings quality more important? Evidence from an emerging bank-based economy. *Research in International Business and Finance*, 60. doi:doi.org/10.1016/j.ribaf.2021.101578
- Almeida, E. M. (2010). Regulamento 1606/2002/CE: Impacto no Processo Normativo do IASB. *Tese de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração, Universidade de*. Obtido de <https://ria.ua.pt/handle/10773/3584>
- Alves, V. S. (2022). *Gerenciamento de accruals discricionários trimestrais no mercado latino-americano*. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábilísticas, Universidade federal do Rio Grande do Norte. Obtido de https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/49285/1/Gerenciamentoaccrualsdiscricionarios_Alves_2022.pdf
- Amorim, J. C. (2010). *Sistema de Normalização Contabilística*. (V. Economica, Ed.) Vida Economica. doi:978-9727883745
- Armstrong, C. S., Guay, W. R., & Weber, J. P. (2010). The Role of Information and Financial Reporting in Corporat. *Journal of Accounting and Economics*, 179-234. doi:doi:0.1016/j.jacceco.2010.10.001
- Ball, R. (2006). International Financial Reporting Standards (IFRS): Pros and Cons for Investors. *Accounting and Business Research, Forthcoming*, p. 65. Obtido em Junho de 2022
- Ball, R., & Brown, P. (1968). *An Empirical evaluation of accounting income numbers*, 6(2), pp. 159-178. doi:10.2307/2490232
- Baralexis, S. (2004). Creative accounting in small advancing countries: The Greek case. *Managerial Auditing Journal*, 19(3), 440-461. doi:10.1108/02686900410524427
- Barlev, B., Fried, D., Haddad, J. R., & Livnat, J. (2007). Reevaluation of Revaluations: A Cross-Country Examination of the Motives and Effects on Future Performance. *Journal of Business Finance & Accounting*, 34(7-8), 1025-1050. doi://doi.org/10.1111/j.1468-5957.2007.02019.x
- Basu, S. (1997). The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. *Journal of Accounting and Economics*, 24 (1), 3-37. doi:10.1111/j.1911-3846.2011.01151.x
- Beneish, M. D. (2001). Earnings management: a perspective. *Managerial Finance*, 27(12), 3-18. doi:doi.org/10.1108/03074350110767411
- Biddle, G. C., & Hilário, G. (2006). *Accounting Quality and Firm-Level Capital Investment* (Vol. 81). The Accounting Review . doi:doi.org/10.2308/accr.2006.81.5.963
- Biddle, G. C., & Hilary, G. (2006). Accounting Quality and Firm-Level Capital Investment. *Accounting Review*, p. 42. Obtido de <https://ssrn.com/abstract=910806>
- Boolakay, P. K. (2006). Measuring De jure Harmonisation: A content analysis of the accounting standards of three countries: South Africa, Mauritius and Tanzanian and International Financial Reporting Standards. *Journal of Applied Accounting Research*, 8(2), pp. 110-146. doi:doi.org/10.1108/96754260680001051
- Campehouth, L. V., Quivy, R., & Marquet, J. (2019). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (1ª ed.). Gradiva. doi:978-989-616-929-9
- Carmo, C. (2013). Custo do financiamento bancário e qualidade da informação financeira. Obtido de [//hdl.handle.net/10773/13801](https://hdl.handle.net/10773/13801)
- Cascino, S., Clatworthy, M., García Osma, B., Gassen, J., Imam, S., & Jeanjean, T. (2014). *Who uses financial reports and for what purpose* (Vol. 11). IN Europe.
- Cepêda, C. L., & Monteiro, A. P. (2020). The Accountant's Perception of the Usefulness of Financial Information in Decision Making: A Study in Portugal. 22(2), pp. 363-382. doi:ISSN 1806-4892

- Chan, K., Chan, L. K., Jegadeesh, N., & Lakonishok, J. (2006). Earnings Quality and Stock Returns. *Journal of Business*, 79(3), 1041-1082. doi:doi.org/10.1086/500669
- Chen, H. T. (2020). "The Role of International Financial Reporting Standards in Accounting Quality. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 32(2), 220-280. Obtido em Abril de 2022, de 1467-646X
- Christensen, J. (2010). Conceptual frameworks of accounting from an information perspective. *Accounting and Business Research*, 40(2010). doi:10.1080/00014788.2010.9663403
- Cohen, D. A. (2003). Quality of Financial Reporting Choice: Determinants and Economic Consequences. Obtido em 2022, de papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=422581
- Cunha, M. R. (2013). *Métodos empíricos para detetar práticas de manipulação de resultados*, pp. 15-19. Obtido de <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/14602/1/Auditoria.pdf>
- Cunha, V. (2009). Sistema de Normalização Contabilística. *Jornadas de Contabilidade e Fiscalidade. Porto: Vida Económica*. Obtido em Junho de 2022, de <http://www.vcsc.pt>
- D.Fields, T., Z.Lys, T., & Vincent, L. (2001). Empirical research on accountingchoice. *Journal of Accounting and Economics*, pp. 255-307. Obtido de <https://www.coursehero.com/file/26420747/Fields-et-al-2001-Empirical-research-on-accounting-choicedoc/>
- David, O. (2016). The contingency theory of management accounting and control: 1980 – 2014. *Management Accounting Research*, 31, 45-62. doi:<https://doi.org/10.1016/j.mar.2016.02.001>
- Dechow, P. M. (1994). Accounting earnings and cash flows as measures of firm performance: The role of accounting accruals. *Journal of Accounting and Economics*, 18(1), pp. 3-42. doi:doi.org/10.1016/0165-4101(94)90016-7
- Dechow, P. M., & Schrand, C. M. (2004). Earnings Quality. (T. R. Institute, Ed.) Obtido de www.cfainstitute.org.
- Dechow, P. M., & Watts, R. W. (2010). Understanding Earnings Quality: A Review of the Proxies, Their. *Journal of Accounting and Economics*, 31(1), 3-75.
- Dechow, P., & Schrand, W. G. (2010). Understanding Earnings Quality: A Review of the Proxies, Their Determinants and Their Consequences. *Journal of Accounting and Economic*, 50(2-3). doi:doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.09.001
- Dechow, P., & Skinner, D. J. (2000). Earnings Management: Reconciling the Views of Accounting Academics, Practitioners, and Regulators. p. 26. doi:<https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.218959>
- DeGeorge, F., Patel, J., & Zeckhauser, R. (1999). Earnings management to. *The Journal of Business*, 72(1), 1-33.
- Demaria, S., & Dufour, D. (2007). First time adoption of IFRS, Fair value option, conservatism. *Evidences from French listed companies*, p. 24. Obtido de <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00266189>
- Dempster, G. M., & Oliver, N. T. (29 de January de 2019). Financial Market Pricing of Earnings Quality: Evidence from a Multi-Factor Return Model. *Open Journal of Business and Management*. Obtido de <https://www.scirp.org/reference/ReferencesPapers.aspx?ReferenceID=2440010>
- Diegues, A. L. (2017). A qualidade da informação financeira como indicador da probabilidade de falência da empresa.
- Eckel, N. (1981). The Income Smoothing Hypothesis Revisited. *A Journal of Accounting, Finance and Business studies*. doi:10.1111/j.1467-6281.1981.tb00099.x
- Fernandes, D. (2019). *Informação Financeira e Não-Financeira*. Estágio académico, Instituto Politécnico de Coimbra, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, Coimbra, Portugal.

- Fernandes, D. F. (2019). *Informação Financeira e Não-Financeira*. Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.
- Gray, S., Tony, K., Zhiwei, L., & Tang, Q. (2015). Earnings Management in Europe Post IFRS: Do Cultural Influences Persist? *Management International Review*, 55, 827-856. doi:org/10.1007/s11575-015-0254-7
- Guimarães, J. F. (2011). *Estudos sobre a normalização contabilística em Portugal*. Porto: Porto: Vida Económica. doi:ISBN 978-972-788-410-0
- Healy, P. M., & Wahlen, J. M. (1999). A Review of the Earnings Management Literature and Its Implications for Standard Setting. *13* (4), pp. 365-383. doi:10.2308/acch.1999.13.4.365
- Healy, P. M., & Wahlen, J. M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. Obtido de <https://www.studocu.com/en-au/document/university-of-wollongong/financial-accounting-iii/healy-wahlen-1999-pdf-article/1455545>
- Holthausen, R. W., & Watts, R. L. (2000). The Relevance of the Value Relevance Literature for Financial Accounting Standard Setting. *The Relevance of the Value Relevance Literature For Financial Accounting Standard Setting*. Obtido de <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.228950>
- <https://www.pordata.pt/db/portugal/ambiente+de+consulta/tabela>. (2022). Obtido de <https://www.pordata.pt/db/portugal/ambiente+de+consulta/tabela>.
- <https://www.pordata.pt/portugal/remuneracao+base+media+mensal+dos+trabalhadores+por+conta+>. (05 de 2023). Obtido de <https://www.pordata.pt/portugal/remuneracao+base+media+mensal+dos+trabalhadores+por+conta+>
- Igor Goncharov, J. Z. (2006). Do Accounting Standards Influence the Level of Earnings Management? Evidence from Germany. *Journal of International Accounting Research*, 5, 41-65. doi:Goncharov, Igor and Zimmermann, Jochen and Zimmermann, Jochen, Do Accounting Standards Influence the Level of Earni <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn>
- Inácio, F. (2020). *O impacto da qualidade da informação financeira na tomada de decisão*. Obtido de <https://www.linkedin.com/in/felix-inacio-95330b69/>
- INE, 2. (2020). [www: <url:https://www.ine.pt/xurl/pub/15413305>](http://www.ine.pt/xurl/pub/15413305). Obtido de [www.ine.pt: https://www.ine.pt/xurl/pub/15413305](http://www.ine.pt/xurl/pub/15413305)
- Jermakowicz, E. K. (2004). *Effects of Adoption of International Financial Reporting* (Vol. 1). doi:10.1080/0963818042000270811
- Jones, J. J. (1991). Earnings Management During Import Relief Investigations. *Journal of Accounting Research*, 29(2), 193-228. doi:10.2307/2491047
- Leuz, C., Nanda, D., & Wysocki, P. D. (2008). Earnings Management and Investor Protection: An International Comparison. *Journal of Accounting and Economics*, 31.
- Lopes, I. T. (2012). *A Qualidade da Informação Contabilística Antes e Após a Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade*. Instituto Politécnico de Santarém. Obtido em 28 de Abril de 2022
- Markus Kreipl, T. H. (2014). Qualidade da informação em IFRS, IFRS para PME e Alemão-GAAP—Pesquisa sobre Preferências de Empresas de Médio Porte Não Negociadas Publicamente. *Open Journal of Business and Management*, 2(2), 365-386. doi:10.4236/ojbm.2014.22017
- Marôco, J. (2018). *Análise Estatística com o SPSS Statistics* (Vol. 7ª). ReportNumber, Lda, 2018. Obtido de 9899676357, 9789899676350
- Martins, O. R. (2007). *O endividamento bancário e a qualidade da informação financeira*. Tese de Mestrado em Ciências Empresariais, Faculdade de Economia, Porto. Obtido em 13 de Junho de 2022

- Martins, V. G., Paulo, E., & Monte, P. A. (2016). O gerenciamento de resultados contábeis exerce influência na acurácia da previsão de analistas no Brasil. *Revista Universo Contábilidade*, 12(3), 73-90.
- Mestre, C. R. (2013). *Estudo da relação entre o perfil do profissional e a qualidade da informação contabilística na ótica dos Gestores das PME de Excelência da Região Alentejo*. Dissertação do mestrado, Universidade de Evora. Obtido em Junho de 2022
- Morais, C. M. (2013). *Efeito direto de cada norma (IAS/IFRS) nas rubricas das DF e nos principais indicadores económico-financeiros em resultado da alteração do referencial contabilístico: evidência empírica*. Instituto Politécnico de Bragança.
- Oliveira, R. (2017). *Relação entre Resultados Líquidos, Fluxos de Caixa Operacionais e a Qualidade da Informação Financeira*. Dissertação de Mestrado, Instituto Politecnico, Norte.
- Pereira, R., Estevam, M., & Almeida, R. P. (2009). *Harmonização Contabilística Internacional - Análise das Suas Implicações em Portugal* (Vol. 1). Bnomics. Obtido de 978-989-8184-18-4
- Piera, F. M. (2004). Economic Determinants of Multiple Accounting Method Choices in a Swiss Context. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 15(2), 118-144. doi:doi.org/10.1111/j.1467-646X.2004.00104.x
- Pires, A. M. (2010). Os efeitos e implicações da actual reforma contabilística (SNC) no quadro das relações de coexistência entre contabilidade e a fiscalidade. *AECA - Asociación Española de Contabilidad y Administración*. Obtido em 25 de Abril de 2022, de <http://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/2626/1/Encontro%20AECA%20Coimbra%20>
- Pires, A., Rodrigues, F., & Fernandes, A. I. (2020). Relação entre dimensão das unidades empresariais e relevância da informação. Obtido em 26 de Março de 2023, de https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/23453/1/XIX_AECA_2020_A%26F%26A.pdf
- Pordata. (2023). www.pordata.pt. Obtido de www.pordata.pt: <https://www.pordata.pt/db/ambiente+de+consulta/nova+consulta>
- Prencipe, A., Bar-Yosef, S., Mazzola, P., & Pozza, L. (2011). *Income smoothing in family-controlled companies* (Vol. 19). Italy.
- Rezende, C. V., Almeida, N. S., & Lemes, S. (2015). Impacto das IFRS na assimetria de informação evidenciada no mercado de capitais brasileiro. *Revista de Contabilidade e Organizações*, pp. 18-30. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/rco.v9i24.55524>
- Ronen, J., & Yaari, V. (2010). Earnings management: Emerging insights in theory, practice, and research. *The Accounting Review*, 2193-2196. doi:10.1016/j.intacc.2011.04.002
- Rosa, S. d. (2013). *A importância da Informação Financeira nas PME: mensuração do Ativo Tangível*. Tese de Doutoral. Obtido em Junho de 2022
- S.P.Kothari, J.Leone, A., & E.Wasley, C. (February de 2005). Performance matched discretionary accrual measures. *Journal of Accounting and Economics*, 39(1), 163-197. doi:10.1016/j.jacceco.2004.11.002Get rights and content
- Santos, A. C., & Alves, M. d. (2017). *Utilização e importância da informação contabilística nas pequenas e médias empresas portuguesas*. Universidade de Aveiro, VI Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria (CICA). Obtido de https://www.researchgate.net/publication/321288537_Utilizacao_e_importancia_da_informacao_contabilistica_nas_pequenas_e_medias_empresas_portuguesas
- Scott, W. R. (2003). *Financial Accounting Theory*. Prentice Hall. doi:978-0133937947
- Simão, P. (2014). *Inovação e competitividade na restauração: a importância do território* (Vol. 4). Revista Turismo & Desenvolvimento. doi:doi.org/10.34624/rtd.v4i21/22.12379
- Soderstrom, N. S., & Sun, K. J. (2007). IFRS Adoption and Accounting Quality. *European Accounting Review* 16(4), 16(4), 675-702. doi:10.1080/09638180701706732

- Stolowy, H., & Breton, G. (2004). Accounts Manipulation: A Literature Review and Proposed Conceptual Framework. *Review of Accounting and Finance*, 3(1), 5-92.
doi:10.1108/eb043395
- Van Tendeloo, B. a. (2005). Earning Management under German GAAP versus IFRS'. European Accounting Review. *Journal of Finance and Accounting*, 14, 155-180. doi:10.12691/jfa-3-3-1
- www.cnc.min-financas.pt. (2016). Comissão. *Sistema de Normalização Contabilística - SNC*, pp. 3470-3480. Obtido em Junho de 2022, de webmastercnc@igf.min-financas.pt
- Yetman, M. H., & Yetman, R. J. (2011). *The Effects of Governance on the Accuracy of Charitable Expenses Reported by Nonprofit Organizations* (Vol. 29). doi:
<https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.2011.01121.x>
- Yu, M. D. (2005). International Earnings Management and Accounting Standards. *SSRN Electronic Journal*. doi: 10.2139/ssrn.825146
- Zeff, S. A. (2007). Some Obstacles to Global Financial Reporting Comparability and Convergence at a High Level of Quality. 39(4), pp. 290-302.
doi:10.1016/j.bar.2007.08.001